fb.me/AssociacaoAIDA
linkedin.com/in/aida-associação-695a25100

T. +351 234 302 490 · WWW.AIDA.PT

PALOP NEWS

130 EDIÇÃO MENSAL

2020
OUTUBRO

AIDA
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO

PME QUALIFY
WWW.AIDA.PT

NOTÍCIAS DE ANGOLA

ANGOLA JÁ **GASTOU 135,5 MILHÕES** DE EUROS **COM A PANDEMIA**

O Presidente angolano, João Lourenço, afirmou que o executivo já gastou 164,6 milhões de dólares (135,5 milhões de euros) no combate à pandemia de Covid-19 e pediu maior apoio no acesso às vacinas.

O chefe de Estado angolano discursou por videoconferência no debate geral da Organização das Nações Unidas sobre a Covid-19, tendo defendido uma acção colectiva e solidária dos países para ultrapassar esse desafio.

João Lourenço referiu que do valor já gasto, consta um financiamento emergencial de 14,4 milhões de dólares (11,9 milhões de euros) garantido pelo Banco Mundial.

"Apesar disso, vai ser necessário um maior apoio, em especial para o acesso às vacinas, que se mostram eficazes", apelou o Presidente.

Angola tem um plano de vacinação para cobrir inicialmente 90% da população prioritária.

De acordo com João Lourenço, o acelerado desenvolvimento de vacinas seguras e eficazes contra o vírus SARS-CoV-2, com tecnologias inovadoras, constitui um exemplo do que a humanidade é capaz de realizar, quando ameaçada.

"Quero saudar os esforços da 'covax facility' para reunir recursos que assegurem, de forma equitativa, a vacinação de pelo menos 20 por cento da população dos países de médio e baixo rendimento", frisou.

João Lourenço disse acreditar que o esforço efectivo de solidariedade, deve ser maior para garantir uma cobertura global útil que interrompa a transmissão do vírus e permita o retorno à normalidade, evitando dessa maneira o agravamento das disparidades entre os países.

Segundo ele, no início da pandemia o executivo reagiu e aplicou rigorosas medidas de contenção da pandemia, elaborando um plano de contingência multissetorial, flexível e adaptado ao contexto epidemiológico do país.

Neste momento, Angola tem transmissão comunitária apenas em Luanda, informou o Presidente, salientando que nas restantes províncias a transmissão mantém-se em surtos ocasionais conhecidos.

De acordo com o chefe de Estado angolano, apesar do crescente número de casos positivos, que a 24 de novembro totalizava 14.742, a transmissibilidade do vírus de pessoa a pessoa tem vindo a decrescer, situando-se em 0,9%.

"O facto de a pandemia ter afectado negativamente os recursos económicos e financeiros e os programas de desenvolvimento económico e social do país, não impediu que Angola continuasse a desenvolver esforços e a realizar acções para reduzir as taxas de pobreza, melhorar a qualidade e cobertura do ensino básico e garantir o acesso aos cuidados primários de saúde, sobretudo para as famílias vulneráveis", referiu.

FONTE: LUSA EM JORNAL DE NEGÓCIOS

ANGOLA

Angola já gastou 135,5 milhões de euros com a pandemia

Angola e a dependência petrolífera

MOÇAMBIQUE

Governo moçambicano aponta meta de 252.000 novos empregos em 2021

Alemanha celebra três contratos de apoio financeiro com Moçambique

CABO VERDE

Défice deverá ascender a 8,8% do PIB em 2021

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

"Água Bom Sucesso" é uma parceria entre a Líbia e Itália

GUINÉ BISSAU

Ministro guineense satisfeito com introdução de nova moeda Eco

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO:
Elisabete Rita | Directora Geral da AIDA CCI

DESIGN E PAGINAÇÃO:
Incograf®

PROPRIEDADE:
AIDA CCI

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA:
1000 exemplares

COMPETE 2020 · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

NOTÍCIAS DE ANGOLA

ANGOLA E A **DEPENDÊNCIA PETROLÍFERA**

A analista da Capital Economics que segue a economia angolana considerou que apesar das tentativas do Governo para reduzir a dependência económica do sector petrolífero "é difícil ver como Angola vai conseguir sair do buraco".

"Os preços baixos do petróleo vão impedir, por um lado, que os cofres do Governo se encham e por outro, que o fluxo de investimentos estrangeiros também diminuam drasticamente. Já houve uma grande empresa petrolífera a anunciar a saída e outras poderão seguir-se, e o pouco investimento externo pode prejudicar os esforços de diversificação do Governo, portanto é difícil ver como Angola vai conseguir sair do buraco", disse Virág Fórizs.

Em declarações a propósito dos esforços do Executivo de João Lourenço para diversificar a economia, na semana em que se assinalaram os 45 anos da independência do país, Virág Fórizs reconhece que o Governo tem-se esforçado por reformar a economia e dar mais espaço a outros sectores para além do petróleo.

"Várias iniciativas de energias limpas foram anunciadas recentemente, e as novas regras de conteúdo local no sector petrolífero também vão ajudar à diversificação, assim como o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI)", disse a analista, vincando, no entanto, que o panorama continua a ser negativo.

"Os preços do petróleo vão provavelmente manter-se em níveis abaixo dos registados antes da pandemia, e dada a dependência de Angola do sector petrolífero para a receita fiscal, a margem orçamental para apoiar a diversificação será limitada", aponta a analista, lembrando que a crise económica em Angola não foi gerada pela pandemia.

"Angola entrou na crise do novo coronavírus numa situação muito difícil, com a economia em recessão há quatro anos", salienta, acrescentando que "o choque externo, em conjunto com os preços baixos do petróleo, vai causar uma significativa queda do PIB este ano, antes de a economia regressar ao crescimento em 2021, mas sem registar uma recuperação forte".

FONTE: LUSA EM JORNAL DE NEGÓCIOS

NOTÍCIAS DE MOÇAMBIQUE

GOVERNO MOÇAMBICANO APONTA **META DE 252.000 NOVOS EMPREGOS EM 2021**

O Governo moçambicano anunciou no parlamento a meta de criar 252.000 novos empregos em 2021, durante a apresentação das propostas do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado de 2021.

No primeiro semestre, o executivo diminuiu, para 2020, o objectivo relativamente à criação de emprego: de uma projecção inicial de 600.000 passou para 181.340, atribuindo a revisão ao impacto da Covid-19.

Entretanto, o Banco Mundial anunciou recentemente que Moçambique terá perdido este ano 120.000 empregos.

A maioria dos cerca de 30 milhões de habitantes de Moçambique vive da agricultura de subsistência e actividades informais, sendo que o país não dispõe de estatísticas de emprego.

Maleiane, ministro da Economia e Finanças, referiu que a estratégia do executivo em relacção ao emprego para 2021 inclui a distribuição de 620 'kits' de autoemprego (ferramentas para agricultura e outros ofícios) e o financiamento de 570 projectos de iniciativas juvenis para o autoemprego e criação de rendimentos.

Ainda ao nível dos indicadores sociais, o Governo pretende construir 1.100 salas de aula no ensino primário e 13 no secundário e contractar 9.330 novos professores para todos os níveis de ensino.

O executivo compromete-se a distribuir cerca de 21,3 milhões de livros escolares e 30 mil carteiras escolares.

No sector da saúde, quer manter a meta actual em que 95% de crianças menores de 12 meses deverão estar completamente vacinadas.

O PES prevê o alargamento do acesso à rede eléctrica nacional para 45% da população, através do alcance de 435 mil novas ligações domiciliárias.

O Governo promete ainda construir 1.366 fontes e 15 sistemas de abastecimento de água nas cidades e vilas.

No âmbito da efectividade dos direitos, deveres e liberdades fundamentais, o executivo prevê que a percentagem de cidadãos com Bilhete de Identidade aumente para cerca de 43% da população.

As propostas do PES e OE que o executivo apresentou na Assembleia da República (AR), preveem um crescimento do PIB de 2,1% face à previsão de 0,8% para este ano, antevê uma subida de 2,5% do valor das exportações para 3.768 milhões de dólares (3.148 milhões de euros) e uma dilatacção da cobertura de importações pelas reservas internacionais líquidas para quase sete meses.

FONTE: LUSA EM NOTÍCIAS DE MOÇAMBIQUE MMO

ALEMANHA CELEBRA **TRÊS CONTRATOS DE APOIO FINANCEIRO** COM MOÇAMBIQUE

A Alemanha subscreveu, com o Governo moçambicano, três contractos de apoio financeiro para as empresas enfrentarem a Covid-19, nomeadamente para apoio à agricultura e ao sector da educação.
Um total de 18 milhões de euros serão doados, enquanto outros 10 milhões de euros vão alimentar uma linha de crédito.
A Cooperação Financeira alemã, através do Banco de Desenvolvimento KfW, vai entregar seis milhões de euros através de um mecanismo de subvencção de emergência face à Covid-19, não reembolsável, para pequenas e médias empresas e canalizado via Banco de Moçambique e instituições financeiras parceiras.
"Os fundos foram projectados para atender às necessidades decorrentes do fluxo de caixa durante a pandemia", incluindo pagamentos de salários e outros custos fixos, para ajudar as empresas a sobreviver, referiu a representação alemã.
Outro apoio de 10 milhões de euros será canalizado para uma linha de crédito para as empresas e finanças agrícolas, com base em "linhas de crédito bem-sucedidas existentes com o Banco de Moçambique", para "financiamento de longo prazo local em termos economicamente sustentáveis".
O objectivo é o de ajudar os pequenos negócios a financiarem "os investimentos necessários após a pandemia para permitir a reconstrucção ou o crescimento da actividade empresarial".
O terceiro contrato assinado é um acordo de subvenção de 12 milhões de euros para o Fundo de Apoio ao Sector de Educação (FASE) do qual "a Alemanha é o maior contribuinte bilateral", com 200 milhões de euros desembolsados desde 2003.

FONTE: LUSA

DÉFICE DEVERÁ ASCENDER A 8,8% DO PIB EM 2021

O défice das contas públicas de Cabo Verde atingiu até Outubro 10.705 milhões de escudos (96,8 milhões de euros), equivalente a 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado para este ano, segundo dados oficiais.

De acordo com o relatório síntese da execução orçamental de Janeiro a Outubro de 2020, este desempenho, fortemente condicionado pela crise sanitária e económica provocada pela pandemia de Covid-19, compara com o défice, do período homólogo de 2019, que foi de 1.610 milhões de escudos (14,5 milhões de euros) e equivalente a 0,8% do PIB estimado para esse ano.

O Governo recorda que para "mitigar os efeitos da crise sanitária e económica" tem vindo a "implementar um conjunto de medidas", como o "reforço sanitário", o "apoio à tesouraria", bem como as que "garantam um rendimento aos mais vulneráveis", fazendo assim face aos "impactos negativos" nas famílias e nas empresas.

"Tais medidas, necessárias, consubstanciaram numa maior pressão às finanças públicas, para além do impacto directo da crise sobre as receitas fiscais", lê-se no documento.

A execução orçamental provisória, até Outubro, aponta ainda para uma diminuição das receitas fiscais totais em 20,8%, equivalente a menos 8.747 milhões de escudos (79,1 milhões de euros), e para um agravamento das despesas totais em 3,8%, no valor de quase 1.541 milhões de escudos (13,9 milhões de euros).

O défice das finanças públicas de Cabo Verde deverá ascender a 8,8% do PIB em 2021, devido à crise provocada pela pandemia de Covid-19, após um máximo histórico de 11,4% esperado em 2020.

Os dados constam dos documentos de suporte à proposta de lei do Orçamento do Estado para 2021, apresentada pelo Governo e em análise no parlamento.

Numa análise feita aos documentos aos últimos dez anos, o saldo das contas públicas foi sempre deficitário, com picos em 2012 (-10,3% do PIB) e 2013 (-9,3% do PIB), descendo até ao mínimo de -1,8% do PIB em 2019, situação verificada já com o actual Governo e antes da crise provocada pela pandemia.

"No que toca às finanças públicas, importa frisar que o défice global deverá situar-se em torno de 11,4% e 8,8% do PIB em 2020 e 2021, respectivamente, reflectindo uma forte diminuição das receitas públicas, fiscais e não fiscais. As despesas deverão incorporar as medidas das políticas económicas face à crise, nomeadamente para o sector empresarial privado, protegendo o emprego e o rendimento, bem como o reforço das medidas de inclusão social", justifica o Governo, no documento de suporte à proposta de Orçamento.

Tendo em conta a revisão em baixa da previsão do PIB de Cabo Verde para 2020, apresentada no Orçamento do Estado Rectificativo em vigor desde Agosto, que passou a ser de 183.748 milhões de escudos (1.674 milhões de euros) ou seja um défice de 11,4% do PIB e que corresponde a quase 21 mil milhões de escudos (189,5 milhões de euros).

Já para 2021, o Governo estima um PIB de 194.320 milhões de escudos (1.761 milhões de euros), ainda em níveis inferiores a 2019 mas a recuperar dos efeitos económicos da pandemia. Daí que um peso no défice de 8,8% do PIB representa, em valores absolutos, 17.100 milhões de escudos (154,2 milhões de euros).

FONTE: LUSA EM MSN

"ÁGUA BOM SUCESSO" É UMA PARCERIA ENTRE A LÍBIA E ITÁLIA

Operadores económicos da Líbia, representados pela empresa AITICO e operadores económicos da Itália, em representação da empresa ZARCO, criaram a sociedade que produz e comercializa a "Água Bom Sucesso".

A água captada na natureza virgem foi baptizada com o nome da região onde se encontra a sua fonte, Bom Sucesso. Região montanhosa do centro da ilha de São Tomé, e que faz parte das terras da Roça Monte Café. Uma região que conserva o mais importante lençol de água doce de São Tomé e Príncipe.

A empresa líbia AITICO que iniciou o projecto de construção da fábrica de água no ano de 2010, atraiu a empresa italiana ZARCO, para juntas darem início às actividades de produção.

No dia 3 de Dezembro de 2020, a fábrica foi inaugurada pelo Primeiro Ministro de São Tomé e Príncipe, Jorge Bom Jesus. A empresa Italiana Zarco, que garante a gestão da infra-estrutura, anunciou que foram investidos mais de 2 milhões de euros na aquisição de equipamentos, na melhoria das infra-estruturas e na formação da mão-de-obra.

Segundo Abdoul Hakim Zareba, Presidente do Conselho de Administração da empresa italiana, a Água Bom Sucesso vai ser uma referência de São Tomé e Príncipe a nível internacional.

«Que seja uma marca de referência do país a nível internacional, que promova a imagem de São Tomé e Príncipe no mundo, como um país que produz alta qualidade», declarou Abdoul Zareba.

No acto de inauguração da fábrica, a administração deixou claro que nesta primeira fase o principal alvo da Água Bom Sucesso, é o mercado interno.

«O objectivo é o de oferecer ao público uma água de alta qualidade a um preço razoável, e que permita a toda a população de São Tomé e Príncipe ter acesso a esta água», confirmou Abdoul Zareba.

O administrador da fábrica, garantiu que vai avançar com a ampliação da fábrica para aumentar a produção e absorver mais mão- de-obra. Com o arranque das actividades, a Fábrica de Água Bom sucesso, oferece 30 postos de trabalho. A maioria dos empregados, reside nos arredores de Monte Café. A fábrica tem uma produção média de 4 mil garrafas de água por hora.

O Distrito de Mé-Zochi, que alberga a unidade de tratamento e processamento de água engarrafada, e tem no seu subsolo a maior reserva de água do país, manifestou grande satisfação pelo investimento efectuado.

«Alegria por podermos ter produção local de água mineral, depois de tantos anos a beber água importada. Isso trás mais valia económica para o país, e a melhoria das condições de saúde da população», afirmou o Presidente da autarquia de Mé-Zochi.

FONTE: TÉLA NÓN

MINISTRO GUINEENSE SATISFEITO COM INTRODUÇÃO DE NOVA MOEDA ECO

O ministro das Finanças guineense, João Fadiá, considera benéfica a introdução do Eco, a nova moeda da Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO), salientando que o país já conhece os efeitos de uma integração monetária.

João Fadiá defendeu que a Guiné-Bissau, por fazer parte da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), "tem aproveitado as vantagens da integração" e, por isso, sublinhou, o país acredita que o ECO poderá ser também vantajoso.

"Não temos problemas de divisa, quando os nossos operadores precisam importar fazem-no de forma livre e ilimitada", observou o ministro das Finanças.

João Fadiá destacou, ainda, que desde que o país aderiu à UEMOA, em Maio de 1997, "nunca teve uma taxa de inflação superior a 3%", quando no passado, com a vigência do Peso, a então moeda guineense, a inflação atingia os dois dígitos".

O ministro referiu que a Guiné-Bissau, como acontece com os restantes países que vão aderir à nova moeda, está a preparar-se para cumprir com os critérios impostos para fazer parte do ECO, nomeadamente, entre outros, ter uma taxa de inflacção anual não superior aos 10% e um défice orçamental igual ou inferior aos 3%.

Sobre a entrada em vigor do ECO que deveria ocorrer ainda no decurso deste ano, João Fadiá disse que nada de concreto ainda foi feito, embora tenha enaltecido que alguns países estejam a projectar acções nesse sentido.

"Certos países decidiram politicamente adiantar-se e falar na transformação do franco CFA em Eco, mas na prática não vimos ainda nada", notou o ministro guineense.

João Fadiá assinalou as mudanças que já estão acordadas entre a CEDEAO e a França, antiga potência colonizadora de oito dos 15 países que integram a comunidade, nomeadamente a saída de Paris do conselho de administração e de gestão da nova moeda, da comissão bancária bem como da comissão de política económica.

"O novo tratado exclui a França dos órgãos de gestão do Eco", notou o governante guineense.

João Fadiá sublinhou que quando o Eco começar a circular de facto, vai existir um banco central para emitir a moeda e que, para já, ficou acordado que a sua paridade não será fixa, ao contrário do Franco CFA e que o valor do câmbio em relação às outras moedas está ainda para ser definido, disse.

"Ainda muita tinta vai correr a respeito desta questão da nova moeda", concluiu o ministro guineense das Finanças.

FONTE: LUSA EM ECONOMIA AO MINUTO

AIDA a Câmara de Comércio e Indústria do distrito de Aveiro

Certificados de Origem perto de si.

O seu parceiro nas exportações

Atestamos a origem dos seus produtos. Como?

1º passo – Preenchimento do requerimento disponível online (www.aida.pt) ou pedido via email cci@aida.pt

2º passo – A equipa AIDA CCI contacta-o

3º passo – Certificado de Origem fica disponível (24h) para levantamento nas instalações da AIDA CCI ou enviado por CTT sem custo adicional

Usufrua de assistência técnica especializada e gratuita. T.: 234 302 490
Ao ser associado da AIDA CCI usufrui de desconto, assim como mediante o número de documentos solicitados.

Simples, Rápido e perto de si.

Que documentos necessita?

- Formulário preenchido
- Factura de Exportação
- Documento de transporte (ex.: BL, Air Way Bill)

AIDA
CCI - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO